



Processo: SMA 8069/15
Interessado: CONSEMA
Assunto: Proposta de Deliberação Normativa que contemple a redução de prazos de licenciamento nos casos de criticidade hídrica

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de manifestação em atendimento ao Despacho s/n, de 17/09/15, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, sobre a proposta de Deliberação Normativa Consema, que "dispõe sobre os prazos de licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental do Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em períodos de criticidade hídrica, e dá outras providências."

2. INFORMAÇÃO E ANÁLISE

2.1. Manifestação sobre o artigo 16 da proposta de Deliberação

Em atendimento ao Despacho s/n da CJ/SMA, que recomenda que a CETESB avaliasse a redação conferida ao artigo 16 atinente à realização de audiências públicas, indicamos as contribuições e recomendações a seguir.

O texto original apresenta a seguinte redação:

"Artigo 16 – A audiência pública será realizada no município sujeito ao impacto direto do empreendimento, da obra ou da atividade a ser implantada."

Parágrafo único- Se a área de influência abranger dois ou mais municípios, a Secretaria Executiva do Consema, mediante solicitação da CETESB, convocará mais de uma audiência."

Entende-se que a redação do artigo deveria ser mais objetiva, de forma a delimitar o número de audiências públicas e melhor definir os municípios onde serão realizadas, buscando reduzir o prazo de licenciamento nos empreendimentos e obras abrangidos pela proposta de Deliberação, e também permitir a efetiva participação pública no processo.

Considerando-se a peculiaridade dos empreendimentos previstos na Deliberação, ou seja, empreendimentos de captação de água para abastecimento público, sugere-se que além do município diretamente afetado, se necessário, sejam realizadas audiências públicas no município imediatamente a jusante do ponto de captação. Dessa forma, propomos a substituição do texto anterior pelo que segue:



Proposta de redação: A audiência pública será realizada no município sujeito ao impacto direto do empreendimento, da obra ou da atividade a ser implantada, e se necessário, no município situado imediatamente à jusante do empreendimento.

2.2. Outras recomendações

Sugere-se ainda que o artigo 13 da referida proposta de Deliberação seja transferido para a Seção VII das Disposições Gerais, já que o mesmo se aplica a todos os processos de licenciamento, e não exclusivamente aos licenciamentos com EIA/RIMA. Dessa forma, o parágrafo único do artigo 13 deverá ter sua redação modificada, conforme segue.

Ana Cristina P. da Costa

Diretora de Avaliação de

Impacto Ambiental